Hospitais têm 100 milhões para reforçar eficiência energética

19 de Outubro, 2016

O Governo apresenta amanhã, dia 20, um programa operacional que disponibiliza 100 milhões de euros para aumentar a eficiência energética dos edifícios públicos, noticiou hoje o Negócios. Os hospitais são o alvo preferencial, por serem consumidores intensivos de energia.

Portugal 2020 reservou 100 milhões de euros para aumentar a eficiência energética dos edifícios públicos. Ao abrigo do programa operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, as entidades públicas podem apresentar candidaturas para receberem até cinco milhões de euros com uma comparticipação de 95%. O Ministério da Saúde defende que os hospitais são os alvos prioritários deste programa, que será apresentado amanhã na sede do Infarmed.

O programa dirige-se a "estruturas em que há um grande consumo, e um tempo de funcionamento diário elevado", conta, em entrevista ao Negocios, o secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado. Ora, "na [área] da Saúde teremos provavelmente aquilo que podemos considerar os maiores consumos dentro do setor público", nota. Por isso, "os hospitais estão na 'crista da onda' deste programa, refere.

Isto porque, "funcionam 24 sobre 24 horas, têm uma série de serviços altamente consumidores de energia, desde as unidades de cuidados intensivos, de ventilação, o ar condicionado, a climatização dos blocos operatórios". Adicionalmente, os hospitais são responsáveis pelo consumo de 11% de toda a eletrecidade consumida na Administração pública e de 18% de todo o gás natural. A fatura anual da luz ronda os 38 milhões de euros, e a do gás é de cerca de 17 milhões.

O secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, responsável pela coordenação do programa, também concorda que os hospitais são a prioridade. "Os hospitais e os edifícios com amianto são os equipamentos que estabelecemos como prioridade política. Têm uma grande vantagem sobre os outros e os ganhos de eficiência são muito grandes".

Os projetos têm que estar concluídos num período máximo de três anos, após a aprovação do projeto. "Teremos os primeiros resultados deste programa por volta de 2020", já na próxima legislatura. Mas até lá, espera-se que "os níveis de eficiência energética possam ser obtidos progressivamente ao longo do projeto", remata Delgado.